

ATA N.º 05/2023

----- Ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 20 de novembro de 2023.-----

----- Aos 20 dias do mês de novembro de 2022, pelas 14,30 horas, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município a Assembleia Municipal, em sessão Extraordinária Pública, convocada através do ofício nº. 55/JM, datado de 10 de novembro de 2023 e publicitada através do Edital da mesma data, com a seguinte Ordem de Trabalhos:--

----- **Ponto 1** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Execução do Largo sobre elevado em Casal de Cadima;-----

----- **Ponto 2** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Implementação de sanitários na Lagoa dos Coadiçais;-----

----- **Ponto 3** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério – 2.ª fase;-----

----- **Ponto 4** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de carrinha de 9 lugares;-----

----- **Ponto 5** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça /Ampliação do cemitério da Pocariça;-----

----- **Ponto 6** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação de 4 parques infantis;-----

----- **Ponto 7** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Casas de banho de uso público / Capela da Nossa Sr.^a das Dores - Seadouro;-----

----- **Ponto 8** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Renovação dos Parques Infantis de Covões, Fonte Errada e da Prodema;-----

----- **Ponto 9** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo/oratório no Corticeiro de Cima;-----

----- **Ponto 10** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja de Vilamar;-----

----- **Ponto 11** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras no Parque Desportivo de Vilamar;-----

----- **Ponto 12** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muros na Rua da Igreja e Rua de Sepins Pequeno, em Sepins e na Rua Monte Redondo, no Bolho;-----

----- **Ponto 13** - Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho 2023;-----

----- **Ponto 14** - Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de valor do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte

e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada;-----

----- **Ponto 15** - Correção da indicação da edição / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã;-----

----- **Ponto 16** - Correção da indicação da edição / XVIII Feira do Tremoço, em Cadima;-----

----- **Ponto 17** - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar pelo Município no ano de 2024, relativo ao exercício de 2023/ Alteração da redução de IMI em função do agregado familiar – Lei n.º 53/2023, de 6 de outubro;-----

----- **Ponto 18** - Prémio Bolsa de Inovação Científica Professor Doutor António Lima-de-Faria / Substituição de elemento do Júri / Para conhecimento;-----

----- **Ponto 19** - Operacionalização do Regime de salvaguarda aos riscos costeiros em litoral baixo e arenoso para a Praia da Tocha / NE 30 e NE 31 / Para conhecimento;-----

----- **Ponto 20** - Proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha;-----

----- **Ponto 21** - 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Proposta final;-----

----- **Ponto 22** - Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e Condições Relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas de Transporte Público de Passageiros previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A.;-----

----- **Ponto 23** - Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e condições relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas De Transporte Público de Passageiros Previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Transdev Interior, S.A..-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura, conferiu com os restantes elementos da Mesa as presenças, ausências e substituições operadas, tendo justificado as faltas da Sr.^a Joana Inês de Jesus Seabra Malta, sendo substituída pelo Sr. José Manuel Tarelho Soares, do Sr. Sérgio Bernardo Gonçalves da Silva, sendo substituído pela Sr.^a Maria Teresa de Jesus Almeida e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Sanguinheira, Euclides Manuel dos Santos Vinagreiro, sendo substituído pela Secretária da Junta de Freguesia, Sara Maria Gomes Brado.-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- Passou-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes do Edital antes referido:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, informou que os Pontos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da ordem de trabalhos tratam de assuntos relacionados com as Freguesias, atribuições de subsídios e outros, pelo que sugeriu que fossem explicados em conjunto e de seguida votados individualmente, à semelhança do que já foi feito em anteriores sessões.-----

----- Solicitou então à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, que desse as explicações que considerasse necessárias relativas ao **Ponto 1 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Execução do Largo sobre elevado em Casal de Cadima”**, ao **Ponto 2 –**

“Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Implementação de sanitários na Lagoa dos Coadiçais”, ao Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério – 2.ª fase”, ao Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de carrinha de 9 lugares”, ao Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça /Ampliação do cemitério da Pocariça”, ao Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação de 4 parques infantis”, ao Ponto 7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Casas de banho de uso público / Capela da Nossa Sr.ª das Dores – Seadouro”, ao Ponto 8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Renovação dos Parques Infantis de Covões, Fonte Errada e da Prodema”, ao Ponto 9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo/oratório no Corticeiro de Cima”, ao Ponto 10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja de Vilamar”, ao Ponto 11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras no Parque Desportivo de Vilamar”, ao Ponto 12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à

Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muros na Rua da Igreja e Rua de Sepins Pequeno, em Sepins e na Rua Monte Redondo, no Bolho”, ao Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho 2023” ao Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de valor do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada”, ao Ponto 15 – “Correção da indicação da edição / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã” e ao Ponto 16 – “Correção da indicação da edição / XVIII Feira do Tremoço, em Cadima”.-----

----- Tomou então a palavra a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual, após cumprimentar todos os presentes na sessão, informou que: - O ponto n.º 1 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Cadima, destinado à execução do Largo sobrelevado em Casal de Cadima, conforme tem sido habitual uma vez que é uma execução em domínio público que poderia ser feito pelo Município, sendo participado a 100%, pelo valor de 20.200,00€; - O ponto n.º 2 refere-se a uma atribuição de subsídio à Freguesia de Febres, destinado à implementação de sanitários na Lagoa dos Coadiçais, obra executada pela Junta de Freguesia no valor de 17.926,35€, sendo o subsídio no valor de 5.377,90€, correspondendo a 30%; - O Ponto n.º 3 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Sanguinheira, destinado à 2ª fase das obras no cemitério, sendo o valor da obra de 6.572,00€, participando 30%, sendo o subsídio no valor de 1.971,60€; - O Ponto n.º 4 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia da

Tocha, destinado à aquisição de uma carrinha de 9 lugares com o custo de 34.301,96€, participada a 30%, correspondendo o subsídio a 10.290,59€; - O Ponto n.º 5 refere-se à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado à ampliação do cemitério da Pocariça, obra que totalizou 49.977,94€, participada a 30%, sendo o subsídio de 14.993,38€; - O ponto n.º 6 refere-se à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça, destinado à requalificação de 4 Parques Infantis, que totalizaram um valor de 80.927,45€, nomeadamente, o Parque Infantil Amaro da Costa, o Parque Infantil da Quinta das Mouriscas, o Parque Infantil da Praceta António Sérgio e o Parque Infantil Charles Cid, valor participado de 30%, com exceção de parte do Parque Infantil Charles Cid, que teve que ser totalmente substituído e foi participado a 100%, sendo o subsídio no valor total de 37.510,21€; - O Ponto n.º 7 refere-se à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira, destinado à construção de casas de banho de uso público junto à Capela da Nossa Sr.ª das Dores, no Seadouro, obra participada de 100% porque é para dar a cobertura ao Campo de Jogos que o Município fez, devendo as casas de banho ficarem acessíveis, sendo o valor do subsídio de 9.908,04€; - O Ponto n.º 8 refere-se a uma atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira, também para renovação dos Parques Infantis de Covões, Fonte Errada e da Prodema – Marvão, num total de 10.671,85€, participado a 30%, sendo o subsídio no valor de 3.201,56€; - O Ponto n.º 9 refere-se à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado à construção do Largo/oratório no Corticeiro de Cima, também zona de fruição pública, no valor de 980,80€, sendo participado a 100%; - O Ponto n.º 10 refere-se a uma atribuição de subsídio, também à União das

Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado à requalificação do Largo da Igreja de Vilamar, cujo valor era de 27.785,20€, participado em 30%, sendo o subsídio no valor de 8.335,56€; - O Ponto n.º 11 refere-se à atribuição de um subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado às obras no Parque Desportivo de Vilamar, participadas na totalidade, nomeadamente, pintura do piso, muro envolvente e vedações, no valor de 8.811,57€; - O Ponto n.º 12 refere-se à atribuição de um subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho, destinado à construção de muros e de passeios na Rua da Igreja e na Rua de Sepins Pequeno, em Sepins e na Rua Monte Redondo, no Bolho, participado na totalidade no valor de 39.987,00€; - O ponto n.º 13 refere-se às Semanas Culturais de algumas Freguesias do concelho, sendo atribuído à Freguesia de Ançã, para o evento “Mês da Cultura, Saúde e Desporto – Ançã 2023”, um subsídio de 1.000,00€, à União das Freguesias de Covões e Camarneira, para a realização da 8.ª Semana Cultural, um subsídio de 1.000,00€ e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima, destinado aos eventos Festival Primavera e Mostra Cultural, Desportiva e Gastronómica, também o valor de 1.000,00€; - O Ponto n.º 14 refere-se apenas a uma correção do valor atribuído à Freguesia de Ançã para a “ Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada”, uma vez que o valor atribuído tinha sido calculado com IVA a 23%, quando deveria ter sido a 6%, por se tratar de uma revisão de preços, passando assim de 3.948,28€ para 3.402,54€; - O Ponto n.º 15 apenas esclarece que o subsídio atribuído à Freguesia de Cordinhã não era para a XVIII, mas para a “XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã” e também o Ponto 16 esclarece que o subsídio atribuído à Freguesia de Cadima não era para a XVII, mas para a “XVIII Feira do Tremoço, em Cadima”.---

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 1 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Cadima / Execução do Largo sobre elevado em Casal de Cadima”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 2 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Febres / Implementação de sanitários na Lagoa dos Coadiçais”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 3 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sanguinheira / Obras no cemitério – 2.ª fase”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 4 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Tocha / Aquisição de carrinha de 9 lugares”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 5 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça /Ampliação do cemitério da Pocariça”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 6 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Cantanhede e Pocariça / Requalificação de 4 parques infantis”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

7 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Casas de banho de uso público / Capela da Nossa Sr.^a das Dores – Seadouro”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

8 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Covões e Camarneira / Renovação dos Parques Infantis de Covões, Fonte Errada e da Prodema”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

9 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Construção do Largo/oratório no Corticeiro de Cima”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

10 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Requalificação do Largo da Igreja de Vilamar”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

11 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Obras no Parque Desportivo de Vilamar”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

12 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Sepins e Bolho / Construção de muros na Rua da Igreja e Rua de

Sepins Pequeno, em Sepins e na Rua Monte Redondo, no Bolho”, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 13 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Ançã, à União das Freguesias de Covões e Camarneira e à União das Freguesias de Vilamar e Corticeiro de Cima / Semanas Culturais das Freguesias do Concelho 2023”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 14 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de retificação de valor do subsídio atribuído à Freguesia de Ançã / Requalificação do Quintal da Fonte e reabilitação do edifício da Quinta de Santo António e muros envolventes, por empreitada”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 15 – “Correção da indicação da edição / XIX Feira do Vinho e da Gastronomia de Cordinhã”**, tendo sido aprovado por unanimidade;-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 16 – “Correção da indicação da edição / XVIII Feira do Tremoço, em Cadima”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar pelo Município no ano de 2024, relativo ao exercício de 2023/ Alteração da redução de IMI em função do agregado familiar - Lei n.º 53/2023, de 6 de outubro”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que relativamente à proposta de redução da taxa de IMI em função do agregado, a Lei que estava em

vigor, oferecia a possibilidade das famílias com 1 dependente terem uma redução no IMI de 20,00€, com 2 dependentes de 40,00€ e com 3 ou mais dependentes de 70,00€. Esclareceu, de seguida, que houve uma alteração àquela Lei que aumentou aqueles valores, nomeadamente, para agregados com 1 dependente, uma redução de 30,00€, com 2 dependentes, uma redução de 70,00€ e com 3 ou mais dependentes, uma redução de 140,00€, o que terá um impacto no orçamento municipal de 133.020,00€ anuais, em vez de 79.110,00€ anuais.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 17 – “Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar pelo Município no ano de 2024, relativo ao exercício de 2023/ Alteração da redução de IMI em função do agregado familiar – Lei n.º 53/2023, de 6 de outubro”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 18 – “Prémio Bolsa de Inovação Científica Professor Doutor António Lima-de-Faria / Substituição de elemento do Júri / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que o Júri daquele Prémio era constituído pela Professora Doutora Manuela Grazina, como Presidente, por dois Docentes Investigadores do Ensino Superior, o Professor Doutor Rodrigo Cunha e o Professor Doutor Carlos Fiolhais, ela própria, a Presidente da Câmara, enquanto representante do Município, e uma individualidade designada pela Câmara, o Dr. Manuel Castelo Branco. Informou ainda que, tendo o Prof. Dr. Carlos Fiolhais comunicado a impossibilidade de continuar a pertencer ao referido Júri, foi o mesmo substituído pela Dr.^a Joana Branco, do BIOCANT. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 19 – “Operacionalização do Regime de salvaguarda aos riscos costeiros em litoral baixo e arenoso para a Praia da Tocha / NE 30 e NE 31 / Para conhecimento”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu de novo, a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, juntamente com o Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires e o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques a apresentar o assunto. Referiu, no entanto, que, o programa da Orla Costeira, Ovar/Marinha Grande, onde está inserida a Praia da Tocha, veio definir um conjunto de medidas, sobretudo para minimizar a exposição das habitações, salvaguardando-as dos riscos costeiros, tendo decorrido reuniões, com alguma frequência com os Municípios que fazem parte da linha da costa entre Ovar e a Marinha Grande. Referiu que tem havido alguma pressão, porque se entende que alguns condicionantes não fazem sentido e acrescentou que, a proposta apresentada, contém a possibilidade das novas construções poderem ter no máximo 2 pisos, porque atualmente, na marginal e na rua paralela, se uma pessoa lá tiver uma casa de rés-do-chão, mesmo que esteja muito degradada, tem de a reconstruir exatamente como está ou, se tiver um terreno entre duas habitações, não pode construir nada, o que não faz o mínimo sentido, e ainda que as construções possam ser em edificação isolada, geminada ou em banda contínua, que as novas construções possam ser predominantemente para uso habitacional, permitindo ao nível do rés-do-chão a existência de estabelecimentos comerciais ou de restauração e bebidas ou de serviços e permitir a inclusão das respetivas áreas de estacionamento no interior do lote.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual, após cumprimentar todos os presentes, recordou tratar-se de um estudo que foi aprovado em reunião de Câmara para a operacionalização do regime de salvaguarda aos riscos costeiros em litoral baixo e arenoso da Praia da Tocha, no qual são apresentadas propostas de exceção perante o que foi o processo de aplicação por adaptação do POOC e, portanto, numa primeira fase, respondendo de forma positiva a um conjunto de constrangimentos e dificuldades que resultam da aplicação em concreto àquela Praia, com especificidades e características muito próprias. Acrescentou que foi constituída uma equipa multidisciplinar que envolve todos os municípios que são abrangidos com Praia daquela Orla Costeira, com a qual tem participado em conjunto com a Senhora Presidente da Câmara, que visa uma alteração profunda do POOC que não pode ficar apenas com verificações de algumas incongruências, mas que se debruça sobre matérias mais profundas e complexas que importa realmente mudar, para salvaguardar e garantir uma melhor qualidade de vida para os munícipes, visto que cada Praia é uma Praia e são realidades muito distintas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual, por se tratar de uma matéria mais específica da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, passou a palavra ao Chefe daquela Divisão, Paulo Marques. -----

----- Tomou então a palavra o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual informou que, quando o POOC foi elaborado, teve em consideração para o troço entre Ovar e Marinha Grande dois riscos essenciais, um risco de erosão costeira e um risco de galgamento do mar, tendo-se aplicado o POOC a todo aquele troço, de igual forma, independentemente

das características físicas de cada uma das Praias. Acrescentou que, como a Praia da Tocha, até hoje, não tem nenhum registo de galgamento do mar e a sua erosão costeira, nos últimos anos, tem vindo a recuperar a duna, como é possível ver no local, avançaram com o estudo, de forma a comprovar que a Praia da Tocha não é vulnerável àqueles dois riscos, podendo aplicar a norma 31, para se aprovar na APA um regime de exceção. Acrescentou ainda que o processo decorreu em duas fases, uma primeira com uma avaliação multicritério, aplicando várias características da Praia a uma fórmula, da qual, se o resultado fosse menor que 2.5, não poderiam aplicar a norma 31, mas o estudo deu 3.7, podendo assim ser aplicada. Esclareceu, de seguida, estarem a tentar reaver algumas questões que o POOC retirou, nomeadamente, colmatar a área urbana, permitindo novas edificações nos lotes vazios, uma vez que no momento o POOC não permite nem a construção, nem a reconstrução, alteração ou ampliação de edifícios naquela área de risco nível 1, de erosão costeira e de galgamento, também não permite a criação de novas unidades funcionais nem a sua alteração, isto é, se o edifício tiver uso comercial e se se quiser mudar para uso habitacional. Acrescentou que, se o relatório vier a ser aprovado e se conseguirem aquelas alterações, ficará sempre salvaguardado a ausência de responsabilidade quer da Autarquia, quer do Governo, relativamente a qualquer tipo de indemnização nas novas construções ou reconstruções que possam existir. Referiu ainda que, se poderá reconstruir, exatamente com a mesma cêrcea e com a mesma altura, os Palheiros exatamente como estão e vai permitir reconstruir com ampliação, se o relatório for realmente aprovado. Informou, finalmente, que o relatório já seguiu para a Agência Portuguesa do Ambiente, única entidade que dá o parecer sobre a possibilidade de se aplicar a norma 31, estando

os serviços a aguardar pelo mesmo, para poderem ou não, adaptar o Plano de Urbanização da Praia da Tocha àquelas novas normas.-----

----- Retomou a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, felicitando a equipa técnica por conseguir aqueles resultados em tão pouco tempo, porque foi um trabalho intensivo de discussão, quer com a própria Universidade de Aveiro, quer com outras instituições sobre como criar a possibilidade de exceção para corresponder aos interesses e às necessidades de se ter uma Praia de qualidade. Referiu ainda que, naquele processo, para além do trabalho exaustivo, houve também todo um trabalho de participação e de envolvimento das entidades locais, nomeadamente, da Junta de Freguesia, entre outras instituições locais, para terem também a perceção dos constrangimentos e da necessidade de se ter em conta alguns daqueles aspetos que não são de todo benéficos para a Praia, sobretudo pelo regime de exceção, quando não está comprometida a questão da sustentabilidade ambiental e o equilíbrio de numa paisagem humanizada poder corresponder a uma forma harmoniosa em termos de traçado urbano, bonito e eficaz. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Ulisses Salvador, o qual, após cumprimentar todos os presentes, questionou se só a Câmara de Cantanhede está a fazer essa pressão e referiu ser um processo muito bom porque permite que haja uma reversão. Acrescentou existirem na Praia vários Palheiros, sendo ele próprio proprietário de um deles, nunca tendo passado à prática de nada exatamente por existirem esses constrangimentos.-----

----- Respondeu a Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio que existem vários municípios, desde Ovar até à Marinha Grande, tendo havido inúmeras reuniões,

tanto políticas como técnicas, sempre com a presença da APA, podendo ter alguns desses municípios uma Praia em que aqueles condicionantes fazem sentido.-----

----- Tomou também a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, referindo tratar-se de um processo muito lento, mas com uma pressão muito forte e concertada, com uma avaliação técnica muito forte, muito importante para contrapor. No entanto, e apesar da APA ter mostrado uma enorme boa vontade, tem participado e tem começado a desenhar alguns cenários, relativamente ao que é preciso avançar do ponto de vista de nomeações e de equipas de acompanhamento, monitorização, etc..., tem estado muito lenta de tal maneira que, por exemplo, para a alteração do plano de Praia, provavelmente, a maior parte dos municípios vão ser confrontados com a impossibilidade de ter os planos de Praia aprovados para a próxima época balnear, o que é complicado porque vai gerar situações muito graves, nalguns casos, comprometendo a própria vigilância das Praias, o que é delicado, que não é o caso da Praia da Tocha.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida, a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual, após cumprimentar todos os presentes, referiu ser um processo bastante difícil, não se devendo colocar as expectativas elevadas, porque vai contra as tendências, contra as intempéries e contra a erosão. Acrescentou que, apesar de não haver registos de galgamentos do mar, tem-se atingido a níveis e situações que nunca se tinha atingido anteriormente, e apesar da diferença de cota, do mar para a marginal ser de 14 metros, bastante seguro, sem dúvida, é sempre discutível, porque se está a preconizar uma situação que é contra o que se tem de defender de uma maneira geral, nomeadamente, a costa costeira contra a erosão e as intempéries.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, recordou que, na sua juventude, na Praia da Vagueira, onde existem agora um conjunto de casas que estão desde a Ria até ao mar, numa intempérie, o mar galgou a estrada que cedeu e, o mar foi à Ria. Acrescentou que, atualmente, se acontecer uma coisa mais complicada, todas aquelas casas acabarão por ter problemas porque, neste momento, só existe o morro que é a duna, com intervenção do homem com pedras, sendo uma zona particularmente crítica.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Ulisses Salvador, acrescentando que, não havendo dúvida que a Praia da Vagueira é uma situação crítica, a Praia do Furadouro está na mesma situação, pois nos invernos, com o mar picado, a água vem para a estrada, e na zona da Figueira da Foz, por causa da erosão criada pelo Cabo Mondego e pelos molhos, o mar está a escavar na parte sul da Figueira da Foz, pelo que toda a zona Pedrogão, é uma zona com uma erosão bastante forte.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 20 – “Proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra à Sr.^a Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual solicitou que também fosse o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, juntamente com o Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires e o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques a apresentar o assunto. Referiu, no entanto, que já existe ARU em Cantanhede há vários anos, uma área de reabilitação urbana que permitiu fazer candidaturas de requalificação através do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, através de fundos comunitários, o que foi extremamente positivo. Recordou que o particular também tem uma bonificação, ao

fazer intervenções nas suas habitações em zonas definidas pela ARU, com o IVA a 6% em vez de 23%, sendo também um incentivo à requalificação das Freguesias, começando pelas que têm vilas, Ançã, Febres, Tocha e, além delas, a Praia da Tocha, para se potenciar a reabilitação. Referiu que existem algumas casas no Concelho com valor arquitetónico, que poderiam e deveriam ser requalificadas antes que, um dia, caiam e já não haja solução. Aproveitando o tema, informou que a equipa está a trabalhar nas candidaturas à habitação, sejam elas de intervenção mais social, para famílias mais carenciadas ou para o incentivo ao arrendamento e à fixação, não só dos jovens, como de famílias que queiram arrendar e não adquirir. Acrescentou que, o Departamento de Urbanismo, o Departamento de Desenvolvimento Económico e a Divisão de Ação Social e Saúde, estão a trabalhar em conjunto, tendo já feito um levantamento de todas as situações de casas de famílias carenciadas para serem requalificadas, outras para serem adquiridas para essas famílias, um casos para os projetos e outros para o arrendamento, sempre com ligação ao IHRU, no sentido de adquirir e colocar casas no mercado de arrendamento, sendo a tramitação para fixação das famílias feita através do próprio IHRU e o procedimento para a aquisição e o lançamento da obra, suportado a 100%, pelo Município. Referiu que tem sido feito um esforço pela equipa liderada pelo Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, no sentido de existir uma proatividade sobretudo naquele tipo de casas. Referiu ainda ser evidente estarem tabelados com os valores impostos pela candidatura, mas poderiam fazer dois em um, como por exemplo, com o levantamento que está a ser feito, ter a possibilidade de requalificar as Casas Gandaresas existentes no concelho, projeto existente com as Câmaras de Vagos, de Mira e a Universidade de Aveiro, com a possibilidade de algumas estarem à venda,

podendo assim fazer um duplo trabalho, muito interessante, não com a questão da fixação nas Freguesias de pessoas que queiram arrendar, mas poder requalificar uma tipologia de casa que, se não for salva, um dia vai abaixo, porque as pessoas preferem naturalmente, deitar abaixo, fazer uma casa recuada, com jardim à frente, não utilizar o adobo, etc... Finalizou recordando a existência das Casas Gandaresas, não só na zona da Gândara, mas também nas Freguesias que pertencem à Bairrada, como a de Ançã que tem uma ou duas.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual referiu que as ARU surgem no contexto da política de desenvolvimento urbano do município, nomeadamente, na integração de novas lógicas de abordagem relativamente à ocupação do território, com a questão do novo modelo territorial baseado na contenção de perímetros urbanos, mas de uma forma especial, com uma aposta forte na regeneração, na reurbanização, na revitalização e reabilitação articulada com as políticas ambientais, para um concelho mais verde, mais sustentável, sempre com opções de mobilidade, redução das emissões de CO₂, toda uma panóplia de referências que estão hoje em cima da mesa, pretendendo reforçar e intensificar a requalificação urbana dos centros e centralidades do concelho. Acrescentou que, no momento, o ponto de começo que são as áreas da reabilitação urbana de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha, pretende-se induzir a interação a dois níveis, por um lado no espaço público, infraestruturas e equipamentos que qualificam o espaço e, por outro, no edificado, criando condições que motivem a recuperação e a reabilitação dos edifícios degradados e daqueles que representam símbolos singulares da identidade concelhia, seja o caso dos Palheiros, seja da Casa de Gandaresa, seja de Solares Brasonados. Referiu ainda que, nestes casos concretos das ARU, os Municípios

poderão beneficiar de todas as vantagens que já foram elencadas, como a redução do IVA, os benefícios fiscais daí decorrentes, quer no IMI, quer do IMT, alguns benefícios fiscais até no IRS, mesmo no recurso ao crédito. Acrescentou que cada uma das ARU servirá depois de suporte para o Município na operação a seguir, a ORU.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual recordou que, em 2020, foi aprovada a delimitação das ARU para aquelas quatro localidades, ARU essas que têm um prazo de validade de 3 anos, para se proceder ou a uma ORU ou a um PERU para que elas passem a ter um prazo maior de 15 anos. Esclareceu que foi o que aconteceu com Cantanhede, onde foi aprovada a ARU e depois foi feito um PERU que especifica quais são as ações do domínio público que se vão efetuar naquelas localidades, com um prazo de vigência de 15 anos. Recordou ainda que, em 2020 aprovaram-se aquelas quatro ARU, Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha, mas durante os três anos não houve tempo de concluir os PERU, por isso se está a trazer novamente esta nova aprovação/revalidação, das áreas que já foram aprovadas anteriormente. Esclareceu assim que, como não existe a especificidade da renovação da ARU, tem que fazer um processo novo, exatamente com os mesmos pressupostos, com as quatro localidades que estiveram em causa em 2020, procedendo logicamente a alguns ajustes de área, nos planos de urbanização e no próprio Plano Diretor Municipal que se encontra no momento em concertação. Informou, de seguida, já terem feito a conferência procedimental final do PDM, estando no momento a concertar apenas algumas questões com o ICNF e com a DGT, já têm pareceres favoráveis condicionados de todas as outras entidades e são vinte e duas, tendo os mesmos

objetivos que em 2020 e exatamente os mesmos critérios de delimitação, não tendo a legislação sido alterada significativamente. Relativamente aos ajustes que foram feitos nas áreas propostas para reabilitação urbana, informou ter sido proposto que a ARU de Ançã passe a ter 81 hectares, a ARU de Febres, passe a ter 190 hectares, a ARU da Tocha passe a ter 481 hectares e a ARU da Praia da Tocha passe a ter 39 hectares. Referiu ainda que, a Praia da Tocha tem uma área menor, por não ter sido autorizado colocar a área urbanizável da Praia da Tocha, porque não tem absolutamente qualquer infraestrutura, e porque se está a falar de reabilitação urbana e não de construção nova, logo, se não existe construção, não pode estar dentro das áreas da ARU. Concluiu, referindo que Ançã tem praticamente a mesma área que tinha em 2020, com pequenos ajustes, todos os edifícios que estavam contemplados em 2020 continuam a ser contemplados nas quatro situações, e na Praia da Tocha, tiveram de se restringir praticamente ao edificado.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, o qual questionou se os 15 anos são contados a partir de 2020 ou de 2023, sendo o limite 2035 ou 2038 e se todo o trabalho de levantamento e identificação dos edifícios foi feita a 100% pelos serviços camarários ou se teve algum apoio de consultoria na pesquisa daqueles edifícios. -----

----- Respondeu o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, que o prazo conta a partir de 2023 e que todo o trabalho foi feito por equipas internas, sem consultoria externa.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Rogério Marques, referindo ser mérito da casa, estando todos de parabéns pelo trabalho executado. -----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 20**

– “**Proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU) de Ançã, Febres, Tocha e Praia da Tocha**”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Passou-se, de seguida, ao **Ponto 21 – “1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Proposta final”**:-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual informou que a está para aprovação da Assembleia a proposta final da 1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, bem como o relatório da avaliação ambiental estratégica e o relatório de ponderação da discussão pública, seguindo-se a publicação no Diário da República. Informou, de seguida, ter acompanhado mais diretamente o anterior PDM, tendo constatado a quantidade de entidades que têm que ser consultadas, desde a CCDRC, a APA, a ANACOM, a ANMP, a DGEG, a DGEST, a DGT, a ADRAP, a IP, o ICNF, a Turismo do Centro, a IPDJ, e muitas outras, sendo muito difícil, por vezes, chegar a uma concertação. Acrescentou que o processo já esteve em discussão pública, na qual houve 14 reclamações, das quais 4 foram dadas como passíveis de serem analisadas e serem consideradas positivas, e as restantes não tiveram, nem enquadramento técnico, nem jurídico. Solicitou, de seguida que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso e o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques apresentassem o assunto.----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu então a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, o qual referiu que o grande objetivo de intervenção estratégica, que norteia a elaboração do plano, seja em termos de nortear o crescimento, seja de antecipar respostas para desafios do futuro, seja para reduzir as desigualdades, apostar na defesa da qualidade de vida que passa muito pelo património, por novas construções, por conseguir levar a que o

desenvolvimento estratégico vá ao encontro, não só, de todo um património cultural, histórico, mas sobretudo, de novas centralidades que ajudem a criar condições de atratividade que são determinantes em momento como estes, lutando com grandes desafios, como as questões da demografia, da atratividade, do mundo empresarial, da qualidade de vida, de um território mais verde, da melhoria de condições de acesso e de circulação e da rentabilidade das infraestruturas e dos equipamentos. Referiu existirem linhas de força que foram claras e que são incontornáveis, nomeadamente: - O aumento da Zona Industrial, para dar resposta também às condições de atração de empresas, de empregabilidade, de fixação de gente nova; - A questão da construção em altura, para ir ao encontro da sustentabilidade ambiental, porque diminui a impermeabilização, havendo menos problemas com a água; - A questão do planeamento das infraestruturas, coordenado com o crescimento que já existe na própria cidade; - O aumento de espaços verdes; - Dar resposta em termos de alojamento, que é determinante para criar uma dinâmica, seja de construção, seja de arrendamento, que permita dar resposta a esse desafio num curto espaço de tempo para se conseguir ter mais gente. Acrescentou que, perante a complexidade e a dificuldade de conjugar tudo, decidiram que era importantíssimo, no momento, fixar o que já era possível mudar, andar para a frente e ganhar tempo, sendo que a atitude dos serviços e do próprio município será sempre de total abertura para num processo dinâmico continuar a rever aqueles planos, e/ou, de uma forma muito especial, dar resposta a todas as situações que no momento ainda não têm enquadramento, mas que se podem corrigir por outros mecanismos, num curto espaço de tempo. Acrescentou ainda que, os outros planos também estão em revisão, o que provoca um acréscimo de trabalho impressionante, aos Serviços que têm tido um trabalho exaustivo, com técnicos que têm um grande

conhecimento do território e que têm dado resposta a esses grandes desafios, usando aqueles instrumentos de ordenamento do território para pensar o futuro e para desenhar possibilidades, acreditando na perspetiva de fixar agora, para avançar o mais possível naquilo que já foi possível blindar, sendo certo que ainda há situações que estão propostas desde o primeiro momento, que foram discutidas à exaustão e que ainda não se conseguiram resolver porque algumas delas são absolutamente inacreditáveis e incompreensíveis para qualquer cidadão. Referiu também terem feito um trabalho de auscultação antes, do conhecimento de todos, com sessões públicas para ouvir as pessoas, mas, geralmente só depois das aprovações é que as pessoas se preocupam e é que vão ver. Acrescentou, no entanto, que continuarão a fazer um trabalho quase personalizado de todas as situações que já chegaram, dando uma resposta e, sobretudo, fazer perceber aos interessados que o processo não está fechado e apesar de, no momento, alguns aspetos não poderem ser contemplados, por parecerem que não têm resposta, irão ao encontro de outros mecanismos, outros procedimentos para poder dar resposta, não desistindo do pressuposto da apresentação inicial, continuando a perseguir as mudanças pretendidas, quer com os outros planos ou outros instrumentos de ordenamento, quer numa próxima alteração profunda ou numa revisão. Referiu que este carácter dinâmico é extremamente importante, sendo um fator de expectativa positiva para os munícipes, para os empresários e para todos os que veem no território uma grande oportunidade para continuarem a contribuir também para o seu desenvolvimento. Relativamente à conciliação da questão da sustentabilidade ambiental, que tem estado em cima da mesa, informou que tem indicadores bastante positivos, que consubstanciam um território mais verde e sobretudo mais atrativo em termos de qualidade de vida.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de seguida a palavra ao Sr. Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual, em jeito de introdução, referiu que os planos urbanísticos nunca estão fechados, sendo por natureza, instrumentos abertos, e que permitem apresentar uma revisão, podendo a todo o momento terem alterações, com outro tipo de planos de menor escala, como planos de pormenor, estando sempre ativos. Acrescentou que, a revisão agora proposta resulta de uma imposição legal, apesar do plano já ter quase 20 anos, de uma alteração à lei dos solos de 2015 que obrigou a que todas as zonas urbanizáveis fossem definidas. Informou, de seguida que, a reunião de conferência procedimental com a CCDR, um dos marcos mais importantes na elaboração de um plano, ocorreu em 20/07/2022, há mais de 1 ano porque houve necessidade de se fazer concertação com 6 ou 7 das entidades que foram mencionadas, a DRAP Centro demorou quase meio ano. Não sendo uma crítica, mas uma constatação, acrescentou que as negociações foram excelentes no entendimento das coisas, mas as concertações muitas vezes demoram tempo, quer pela marcação de reuniões, quer por diferentes posições nas matérias. Informou, finalmente, que este Plano teve uma equipa externa que fez um primeiro trabalho de levantamento, mas 90% do trabalho foi feito pela Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, chefiada pelo Sr. Paulo Marques, a quem passou a palavra.-----

----- Interveio então o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, o qual informou que quando iniciaram a 1ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede, tinham um Plano de Urbanização que tinha sido aprovado no ano 2000, portanto, um plano com 21 anos que estava completamente desajustado, quer da Lei de Solos que surgiu em 2015, quer da própria realidade e da dinâmica urbanística que se necessita para a cidade.

Começaram então a estudar a forma de trazer o Plano de Urbanização existente para uma realidade mais presente, dando resposta ao que era necessário e depararam-se com duas questões de base: - A primeira questão, o Plano de Urbanização tinha uma área urbanizável enorme, sem qualquer infraestrutura, sem estrada, água, saneamento, telecomunicações, não tinha absolutamente nada, quando, de acordo com a Lei de Solos de 2015, as áreas urbanizadas que não se encontravam infraestruturadas tinham que automaticamente passar para solo rústico, o que aconteceu com uma área significativa prevista no primeiro plano de 2020; - A segunda, que era necessário dar uma resposta rápida à extrema falta de habitação conhecida por todos, não só na cidade, mas também no concelho inteiro. Assim, tentaram criar um Plano de Urbanização que conseguisse dar resposta àquelas duas questões, sem esquecer que também existe uma franca expansão da Zona Industrial de Cantanhede, a qual está esgotada ao nível de lotes. Relativamente à falta de alojamento de habitação na cidade, do conhecimento de todos, referiu que cada vez mais existem pessoas a trabalhar em Cantanhede que não têm onde se alojar, aumentando a mobilidade pendular, um problema atual por causa das questões ambientais e de tentar reduzir o CO2. Acrescentou que, no momento, existe uma retração e uma baixa atratividade de investimento imobiliário, porque com o Plano que está em vigor, a construção é rés-do-chão mais um, em poucas zonas com 3 pisos e em muito poucas zonas com 4 pisos, não sendo atrativo ao nível de investimento imobiliário, o que levou a que, na última década, praticamente não se construiu novo na cidade de Cantanhede. Também se colocaram questões da mobilidade porque a cidade de Cantanhede é uma cidade que tem uma baixa densidade de infraestrutura de mobilidade suave, ou seja, de mobilidade pedonal e ciclável, sendo necessário também dar aqui um sinal no

sentido de se desenvolverem infraestruturas daquela natureza. Acrescentou que se pretende então com esta revisão, inverter radicalmente estas tendências, criando alojamento, fixando as pessoas e proporcionar um maior investimento imobiliário, mas com regras, sempre numa perspetiva de sustentabilidade ambiental. Afirmou que a equipa que esteve com a revisão do Plano, deu realmente a resposta que a cidade necessita, porque pretende dar continuidade e apostar no emprego na Zona Industrial de Cantanhede, porque considera mais 85 hectares para a sua ampliação. Apostou também na construção em altura, até 6 pisos máximo, mas em poucos locais, em áreas desafogadas com avenidas largas, algumas até 5 pisos e a maior parte das zonas até 4 pisos, permitindo mais alojamentos com menor impermeabilização do solo, muito importante porque a cidade é praticamente plana e quando a precipitação é intensa e concentrada, há problemas na cidade, prevendo-se conseguir a construção na ordem dos 2000 fogos, na zona mais central da cidade. Referiu ainda que o Plano de Urbanização da Cidade prevê: - Cerca de 7 hectares de novos espaços verdes, na continuidade do espaço verde de São Mateus, na zona onde se faz a EXPOFACIC e também cerca de 17 hectares na zona poente da Cidade, promovendo os espaços verdes; - Cerca de 10 km de ciclovia dentro da cidade, para que a bicicleta possa, de alguma forma, não só servir para o desporto, mas também como meio de transporte diário para se circular dentro da cidade. Finalizou afirmando que tudo foi previsto sempre com o foco na sustentabilidade ambiental, para além do Regulamento prever outras situações que estão diretamente ligadas ao ciclo da água, como por exemplo, prever que novos edifícios possam ter já um reaproveitamento de águas pluviais, com depósitos, para que possamos fazer circulação e reaproveitar da água.-----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, referindo

que apenas alguns dos aspetos mais importantes do Plano foram referidos, como a questão da empregabilidade e da expansão da zona Industrial, existindo muitos mais que levariam uma tarde inteira para expor. Por outro lado, também foram focados alguns traços muito importantes relacionados com a questão da qualidade de vida, a questão da mobilidade, dos espaços verdes, da própria programação dos equipamentos e da sua distribuição. Referiu de seguida não ser apenas uma questão da cidade, pois todos os outros planos também estão nesta fase, para prolongar o processo de desenvolvimento nas restantes Freguesias, porque, como todos têm conhecimento, em algumas delas o centro da localidade está praticamente deserto, com muitas casas devolutas, pretendendo-se uma aposta na reabilitação, na recuperação e criar-se uma distribuição de equipamentos e infraestruturas que têm que estar harmoniosamente distribuídas, num processo de descentralização, de maneira a garantir também qualidade de vida, porque pela proximidade, facilmente qualquer pessoas que habite em qualquer Freguesia, chega à Cidade com muita facilidade.-----

----- Voltou ainda a intervir o Chefe da Divisão de Gestão do Território e Sustentabilidade Ambiental, Paulo Marques, informando que, se for aprovado, o Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede vai ser um documento fechado, mas automaticamente, no dia seguinte, fica em aberto novamente porque a Lei dos Solos permite alterações a qualquer momento, desde que se justifique. Por outro lado, essa nova Lei de Solos, também permite, através de planos de pormenor, reclassificar áreas rústicas para urbanas a qualquer momento, desde que haja justificação para elas, desde que haja um investimento e que seja comprovada a sua execução.-----

----- Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto**

21 – “1.ª Revisão do Plano de Urbanização da Cidade de Cantanhede / Proposta final”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa, João Moura solicitou que o **Ponto 22 – “Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e Condições Relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas de Transporte Público de Passageiros previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A.”** e o **Ponto 23 – “Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e condições relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas De Transporte Público de Passageiros Previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Transdev Interior, S.A.”**, por serem semelhantes, fossem explicados em conjunto, sendo de seguida votados individualmente.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu, de novo, a palavra à Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, a qual recordou que a questão dos transportes vai passar a ser da responsabilidade da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para todos os seus municípios, tendo a situação estado difícil para se chegar a um processo finalizado, continuando assim a existir no orçamento municipal destinado aos transportes um valor que ultrapassa os 700.000,00€. Informou, de seguida que, os dois pontos em análise referem-se às empresas ETAC- Empresa de Transportes António Cunha, S.A. e Transdev Interior, S.A. e solicitou

que o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso pormenorizasse aquelas duas questões.-----

----- Interveio então o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, recordando que os assuntos em causa já foram aprovados pela Câmara e pela Assembleia, entretanto, foram comunicados às operadoras, ETAC e à Transdev, e de seguida, foram submetidos para parecer da Autoridade de Mobilidade de Transportes. Acrescentou que, desse parecer, com mais de 80 páginas, resultaram as alterações que são agora propostas, no âmbito da questão da atribuição de compensação por obrigação do serviço público, as quais bastante pertinentes e que representam sugestões de melhoria na Adenda que são determinantes. Afirmou que a questão dos transportes é um problema muito grande, que envolve mais de 800.000,00€ e que, para além da CIM continuar a tentar resolver a questão de todo o transporte no grande território da região de Coimbra, também o Município está a desenvolver um estudo de mobilidade de transporte público educativo para perceber como pode melhorar mais o serviço prestado, como se podem rentabilizar as carreiras, como se podem dar respostas com mais qualidade, sendo também um trabalho exaustivo, para poder dar referenciais importantes para o trabalho que a CIM está a fazer.-----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Diretor do Departamento de Urbanismo, Serafim Pires, o qual repetiu que os acordos com a Transdev e com a ETAC já foram presentes à Assembleia, foram aprovados, e depois a Autoridade da Mobilidade dos Transportes, apresentou dois pareceres, com 87 páginas cada um, concluindo pelo aditamento de três ou quatro alíneas às cláusulas, obrigando as transportadoras a rever as propostas e vir novamente à Câmara e à Assembleia. Referiu que, no fundo, só pretendem acautelar e bem a questão da qualidade do serviço, seja no material circulante em que impõem

determinadas regras em três alíneas da cláusula 3ª, e depois as sanções por incumprimento da qualidade do serviço que ficam mais acauteladas nas cláusulas 11.ª e 12.ª, incluindo a possibilidade de sanções contratuais pecuniárias em caso de incumprimento na qualidade da prestação do serviço, mantendo-se todo o restante clausulado. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa, João Moura, deu a palavra ao Sr. Rogério Marques, que salientou ser uma preocupação de todas as pessoas que têm filhos, de 20% da população estudantil do Concelho. Recordou, de seguida que, quando esteve na Associação de Pais, as pessoas perguntavam porque é que os alunos chegam antes do tempo à escola? Porque é que os alunos depois de acabar a escola, tem de esperar pelo transporte? Existindo sempre a questão de adequar os transportes às necessidades dos alunos e da família, não se podendo dizer apenas que é uma educação inclusiva, também é melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Afirmou compreender perfeitamente a dificuldade que o Município tem para dar resposta aos munícipes, mas não está só completamente nas suas mãos melhorar esse serviço, que é feito por terceiros, por essas duas Empresas. Uma vez que estão a tentar colocar pressão sobre a qualidade do serviço que é prestado, gostaria de saber se essas Empresas que prestam o transporte escolar, que são também transporte público, são obrigadas a fazer algum relatório do serviço que fazem, porque se a Câmara paga, tem necessidade de saber e controlar o que paga. Por outro lado, também gostaria de saber se a Câmara faz algum relatório anual sobre as obrigações do serviço público, documento para mostrar essa visibilidade, para que as pessoas tenham conhecimento do esforço que a Câmara faz, embora os serviços e os resultados às vezes não sejam os que se pretendem. Concluiu que se está a falar de visibilidade, das duas partes, mostrando a Câmara aos munícipes todo o

esforço que faz, o que presta, como presta e também quem presta, a quem presta e o número de pessoas e utentes a quem prestou.-----

----- Retomou a palavra a Sr.ª Presidente da Câmara, Helena Teodósio, referindo que, há que perceber ser um transporte público, que tem o fator condicionante do transporte escolar, sendo todos os anos as rotas analisadas e alteradas, em função da necessidade da criança que vive num lugar onde não passa nenhum autocarro, sendo o circuito alterado, o que é muito limitativo para o transporte público geral. Voltou a referir o transporte a pedido, que sempre divulga, mas que não tem tido a repercussão que esperava. Recordou ser um protocolo da Comunidade Intermunicipal com taxistas, estando definidos por Freguesias os locais que podem aceder ao transporte a pedido, devendo, na véspera, a pessoa ligar para um determinado número da CIM e dizer que quer fazer aquele circuito. Então, a pessoa vai para a paragem de autocarro e apanha o táxi, mas só dentro do Município, para ir à Câmara, às Finanças, ao Hospital ou ao Centro de Saúde, fazer o que entender, pagando unicamente o equivalente ao bilhete do autocarro. Acrescentou que esse transporte é condicionado às zonas onde não há circuitos de transporte público, que, claro, está condicionado aos horários e às passagens da existência de crianças ou não para as escolas, sobretudo as que vão para as Secundárias e as EB 2,3. Acrescentou ainda ser uma pena, porque há municípios onde, cada vez mais, este tipo de transporte está a aumentar pelo que, solicitou novamente aos Sr.s Presidentes de Junta de Freguesia que divulgassem aquele serviço, que para muita gente, sobretudo, para os mais velhos, seria mais prático, e que tem apenas o custo equivalente ao transporte público, desde que esteja equacionado dentro das rotas que estão já previamente definidas. Relativamente ao problema dos transportes, referiu que a grande dificuldade da CIM é haver cada menos empresas a concorrer,

porque os transportes estão muito centralizados nalgum tipo de Empresa. Relativamente a dificuldade sentida por todos relativamente ao acesso, referiu não ser só dentro do concelho, mas também a Coimbra que perdura, com a demora do autocarro em termos do percurso quando a viagem podia ser feita em meia hora. Acrescentou que tem de ser discutido e negociado, podendo ser que seja ultrapassado, porque, como todos sabem o autocarro não pode fazer o percurso que todos fazem de carro indo até à Estação Velha e passar debaixo do túnel, tem de dar a volta pela Geria e pela Adémia, por aquela zona toda. Acredita que, com o Metro a acontecer, poderá haver ali um transfeere através de um autocarro que vá até à zona da Estação Velha, com uma bilhética única, podendo as pessoas fazer a passagem para o centro da cidade, mas não será fácil sobretudo para Coimbra que há de querer continuar que o trajeto passe pela Adémia. Deu, de seguida nota que, nas negociações acerca do Metro poder vir até Cantanhede, vindo pelo lado de Ançã, contrariando a intenção da Mealhada, que preferia que viesse pela A1, espera-se que possa vir até Cantanhede, depois poder ir até à Zona Industrial, depois poder fazer o canal e ir até Murtede, o que seria o ideal. Acrescentou terem tido reuniões no Ministério das Infraestruturas, mas o assunto terá de aguardar, porque politicamente, são situações que vão ser mais difíceis, porque Coimbra estava a propor um outro traçado, que era a passagem do Metro pela Pedrulha, proposta à qual se opôs, pois Cantanhede ficaria com as mesmas condições já existentes. Voltou a referir ser um processo que andam a negociar e que envolve milhões, mas conforme foi referido pelo anterior Ministro das Infraestruturas, e pelo Secretário de Estado, em primeiro lugar iriam deixar estabilizar o Metro de Coimbra e a seguir iriam avançar, porque, tem pontuação mais elevada a ligação Coimbra / Cantanhede / Mealhada e Coimbra / Condeixa. Referindo que o transporte, cada vez

mais é determinante, voltou a referir que continuaria a negociar porque a ligação a Coimbra parece que seria uma boa solução, podendo reduzir substancialmente o tempo de viagem. -----

----- Voltou a intervir o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Pedro Cardoso, referindo que, o problema do assunto em análise, é que a obrigação por compensação tem custos impressionantes, porque os Municípios estão reféns das Operadoras. Esclareceu que, cada Operadora ganha um determinado território, tendo de se negociar depois com elas, num território enorme e muito disperso, com rotas que são pensadas para ir buscar um aluno, o que tem um custo enorme. Acrescentou ser um problema nacional, porque o país está praticamente repartido em quatro grandes áreas, sendo uma questão política que deve continuar a merecer de todos uma luta coletiva que é, a questão de não ser possível fazer outro tipo de parcerias num território de grande dimensão geográfica e disperso, e com poucos alunos a vir de um lado e de outro. Referiu ainda que poderiam recorrer às IPSS e às Juntas de Freguesia para fazer o transporte quase personalizado, como aconteceu com as refeições, em virtude da legislação alterar com prejuízo para o serviço público, mas há uma legislação nacional que impossibilita o uso dos autocarros do município nas condições em que estão. Voltou a referir que está a ser feito um estudo para melhorar o transporte escolar, melhorar a informação, os abrigos de passageiros, as rotas, no sentido de dar informações à CIM e esta perceber como é que a realidade funciona, no sentido de se conseguir compatibilizar o transporte escolar e o transporte público, o que tem uma fatura enorme. Deu ainda nota que deve haver uma mudança de mentalidade que se deve ir induzindo, dando como exemplo, um projeto relativo à mobilidade, muito interessante ao nível da secundária, que se espera que dê muitos frutos, nomeadamente, sensibilizar para a importância de usar

outras formas de mobilidade suave, porque as áreas do território do concelho são maioritariamente planas. Acrescentou que, outra questão que também está em cima da mesa, foi a campanha de ir a pé para a Escola, numa lógica da partilha, mas foram apenas iniciativas de sensibilização, bem como as boleias partilhadas, voltando ao tema da sustentabilidade ambiental e da redução das emissões CO2, etc... Finalizou a sua intervenção referindo que há todo um trabalho que tem sido feito, no qual se continua a insistir e a procurar novas formas, mas que implica uma mudança clara de mentalidade. Relativamente às Operadoras, referiu estarem limitadíssimos, porque para elas tudo é deficitário, tendo que haver compensação pelo serviço público, o que significa valores na ordem dos 1.000.000,00€, só afeto àquela realidade, sendo um assunto complexo.-----

----- Não havendo mais pedidos de intervenção, foi colocado a votação o **Ponto 22** – **“Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e Condições Relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas de Transporte Público de Passageiros previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a ETAC - Empresa de Transportes António Cunha, S.A.”**, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

Não havendo qualquer pedido de intervenção, foi colocado a votação e o **Ponto 23** – **“Apreciação, discussão e votação da alteração da minuta do Acordo de Regulação dos Termos e condições relativos à Exploração dos Serviços Inerentes às Linhas De Transporte Público de Passageiros Previstas na Autorização Provisória e de Atribuição de Compensação por Obrigações de**

Serviço Público a celebrar entre o Município de Cantanhede e a Transdev Interior, S.A.”, tendo sido aprovado por unanimidade.-----

----- Não havendo mais assuntos a tratar, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- Sendo **16:25** horas, o Senhor Presidente da Assembleia deu a presente sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente ata para constar, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: